

Gerardo Mergela



Gerardo Mergela

Tião Viana: se não for julgado, Renan deverá reassumir Presidência do Senado ou renovar licença após o dia 26. Virgílio afirma que não faz parte de acordo para votar processo contra Renan na quinta-feira

## Impasse: Virgílio não apresenta amanhã relatório sobre Renan

Virgílio disse que não poderá apresentar amanhã, na CCJ, relatório sobre o projeto de resolução que propõe a perda de mandato de Renan Calheiros. Já o presidente interino do Senado, Tião Viana, admitiu a possibilidade de se examinar o processo diretamente em Plenário, na quinta-feira, se a maioria dos líderes aprovar requerimento de urgência. **Página 3**

### CPI pode investigar ONG que teria assistido ianomâmi

A CPI das ONGs analisa hoje diversos requerimentos, inclusive o que solicita convocação de representante da Urihi. **Página 6**

### Sibá aplaude edital para concessão de florestas

Sibá Machado congratulou o Ministério do Meio Ambiente pela publicação do primeiro edital de licitação para concessões na Amazônia. **Página 5**



### Só educação casa ordem e progresso, diz Cristovam

Página 4

Cristovam espalhou 2 mil bandeiras com a inscrição "Educação é Progresso"



### Chávez, a polêmica no Parlamento do Mercosul

Antes mesmo de a Venezuela fazer parte do Mercosul, ações de Hugo Chávez dividem opiniões no parlamento do bloco. **Página 8**

### Comissão examina mudança no acesso a universidades

A Comissão de Educação discute hoje relatórios de Mesquita Júnior sobre projetos de Cristovam e Sibá que alteram regras de acesso a universidade. **Página 5**

Três medidas provisórias e um projeto de lei de conversão têm preferência na ordem do dia do Plenário

## MPs na pauta bloqueiam início do exame da CPMF

A proposta de emenda à Constituição (PEC) 89/07, que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até o dia 31 de dezembro de 2011, está na pauta da sessão de hoje do Plenário, que começa às 14h. Entretanto, para iniciar a discussão da matéria em primeiro turno, os senadores terão de votar três medidas provisórias e um projeto de lei de conversão.

A proposta – que será submetida a cinco sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno – mantém o percentual de 0,38% incidente sobre as movimentações bancárias e também prorroga até 2011 a desvinculação de 20% das receitas da União oriundas de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

A Desvinculação de Receitas da União (DRU), como é chamado esse mecanismo, dá mais liberdade para o governo distribuir os recursos do Orçamento entre os programas que julgar prioritários. Conforme o governo, a DRU é responsável por cerca de 58% do total dos recursos que a União tem liberdade de gastar. A desvinculação foi criada com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE) e, posteriormente, passou a ser denominada Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

A prorrogação da CPMF já foi aprovada pela Câmara dos

Deputados. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, reunida no dia 13, rejeitou o parecer contrário à cobrança da CPMF, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO). O parecer acolhido na CCJ foi o do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que mantém a proposta original do governo acatada pela Câmara.

### Negociação

Para conseguir aprovar esse parecer, Jucá e ministros da área econômica negociaram com os senadores da CCJ o envio de proposta ao Congresso modificando a PEC 89/07, de modo a reduzir gradativamente o percentual de cobrança da CPMF até 2011. O acordo foi informal, já que a PEC precisa ser aprovada como está para não retornar à Câmara, levando em conta que no dia 31 de dezembro deste ano a cobrança da CPMF deixará de ser feita caso a proposta ainda não tenha sido deliberação pelo Congresso.

Na exposição de motivos da PEC, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, disse que a situação fiscal do país tem evoluído positivamente e que a DRU e a CPMF são dois dos instrumentos que contribuíram para o equilíbrio das contas públicas. A arrecadação da CPMF em 2006, segundo informou, foi de R\$ 32 bilhões. Para 2008, a receita prevista é de R\$ 40 bilhões.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário lembra consciência negra e examina medidas provisórias

A partir das 10h, os senadores reúnem-se em sessão especial para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra e o Dia de Zumbi dos Palmares. Na sessão deliberativa

das 14h, três medidas provisórias e um projeto de lei de conversão trancam a pauta. As três MPs, que revogam outras medidas provisórias, foram baixadas com o objetivo

de desobstruir a pauta da Câmara dos Deputados, durante o exame da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) naquela Casa.

## Comissão analisa imposto sindical

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) dá início a análise do primeiro item da pauta, o projeto de lei que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legalizando as centrais sindicais. Emenda ao projeto propõe o fim

da obrigatoriedade da contribuição ou imposto sindical. O projeto tramita em regime de urgência e simultaneamente, ainda, nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

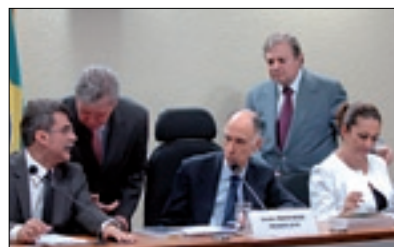


## Proteção a reserva e direito do consumidor

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se, às 11h30, para analisar requerimento de audiência pública destinada a debater a situação das famílias de agricultores que

moram na área de proteção ambiental do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, em Rondônia e no Amazonas, o qual abriga a maior reserva de cerrado no Brasil. A pauta

de 15 itens inclui ainda projeto que determina a divulgação, com destaque, do direito de arrependimento previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).



## Indicações para o STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se, às 14h30, para votar duas mensagens do Executivo com as indicações dos desembargadores Jorge Mussi e Sidnei Beneti para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No mesmo horário a Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina projetos de lei de abertura de créditos em favor de diversos órgãos públicos.

## Audiências sobre crise do gás e recriação da Sudeco

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promove audiência pública às 11h para discutir a crise no abastecimento de gás e o acordo Brasil-Bolívia. Às 14h, a Comissão

de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se para debater a instituição da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco). Estão

convidados, representando o Ministério da Integração Nacional, José Antônio da Silva Parente, Christian Periller Schneider e Paulo Pitanga do Amparo.

## Processo seletivo em universidade pública

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) reúne-se para votar substitutivo a dois projetos de lei que tratam de processo seletivo para ingresso nas universidades. Outra proposta que será analisada é a que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário. Além desses projetos, ainda há 15 proposições em pauta. Às 14h, a CPI das ONG's promove reunião para exame de requerimentos.

## Visita ao Senado

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebe às 15h a visita da presidente da Corte Suprema do Canadá, Beverley McLachlin. Às 19h, Viana participa do lançamento do livro *Sistemas políticos e o modelo brasileiro*, de autoria do professor Octaciano Nogueira – o terceiro volume das “Edições Unilegis de Ciência Política”.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente interino:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes, Alvaro Dias, João Pedro, Mozarildo Cavalcanti, Kátia Abreu e Mão Santa

“Misturar o caso Renan com a CPMF cria dificuldades”, afirma Tião Viana. “Meu acordo é com o país”, observa Arthur Virgílio



Arthur Virgílio diz que pretende incluir no parecer “uma pitada política e histórica destinada às futuras gerações”. Tião Viana (foto à dir.) espera posição dos líderes sobre o andamento do processo contra Renan Calheiros

## Virgílio rejeita acordo e adia relatório sobre Renan

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou ontem que não vai apresentar amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu relatório sobre o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar propondo a perda do mandato do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). A reunião da comissão está marcada para as 10h, tendo o projeto de resolução como o primeiro item da pauta.

– Não dará tempo, diante da necessidade de fazer um relatório consistente, inclusive quanto ao mérito – justificou Virgílio depois de se reunir com o presidente em exercício do Senado, Tião Viana, que quer votar o projeto em Plenário na quinta-feira.

Segundo Virgílio, Tião Viana mostrou-se surpreso com sua decisão e lhe disse que o prazo para a apresentação do relatório seria de cinco sessões plenárias. Virgílio entende que teria 15 dias para a apresentação de seu parecer, apesar de não pretender utilizar todos. Ele informou que está pedindo subsídios jurídicos à Consultoria Legislativa e lembrou que recebeu o convite para relatar

o projeto do presidente da CCJ ao meio-dia de ontem.

– Se há um acordo para votar o projeto na quinta em Plenário, eu não faço parte desse acordo. Meu acordo é com o país e com a elaboração de um relatório bem fundamentado – disse o senador do PSDB.

### “Pitada política”

Embora ressaltando que o papel da CCJ é o de se pronunciar sobre a constitucionalidade, legalidade e juridicidade do projeto, Virgílio anunciou que irá acrescentar ao parecer “uma pitada política e histórica destinada às futuras gerações”.

O senador também se pronunciou acerca do caso Cisco – a suposta conexão entre o PT, a empresa de informática Cisco e a Caixa Econômica Federal, pela qual o partido teria se beneficiado com financiamento ilegal da ordem de R\$ 500 mil.

– É um caso grave e típico de CPI. Se vai ser investigado por CPI, não se sabe. De todo modo vamos pressionar outras instâncias de investigação, como o Ministério Público, a Polícia Federal e a Justiça Eleitoral – anunciou.

## Requerimento de líderes pode levar caso ao Plenário

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), admitiu ser possível o exame diretamente em Plenário do processo contra o senador Renan Calheiros, por uma suposta sociedade secreta em meios de comunicação com o usineiro João Lyra. Para isso, disse ele, basta a aprovação de um requerimento de urgência, por maioria, dos líderes partidários.

Em entrevista à imprensa, Tião Viana abordou encontro com Arthur Virgílio, quando foi informado sobre a decisão do líder do PSDB de adiar a entrega de seu relatório sobre o caso – veja matéria ao lado. Segundo ele, o PSDB entende que votar o processo neste momento criaria um benefício para o governo na decisão que o Plenário deverá tomar com relação à renovação da CPMF. A mídia especula que a absolvição de Renan seria uma motivação para a base governista aprovar a renovação do tributo. Em troca, Renan renunciaria à Presidência do Senado.

– Já a base entende que haveria prejuízo claro ao governo. Misturar o caso Renan, que diz respeito à instituição, com a CPMF,

que diz respeito ao país como um todo, cria dificuldades – disse.

Tião Viana afirmou que o líder tucano deixou clara a intenção de seu partido em usar recursos regimentais para adiar a votação do processo de Renan. Agora, ele avaliou, surgiu uma situação nova para Renan, cuja licença termina dia 26.

– A expectativa que se tinha era de que pudesse, após o julgamento de seu caso, haver uma possível decisão de renúncia do senador Renan Calheiros. Diante disso, uma nova realidade surge e ele poderá recorrer ou não à renovação da licença ou mesmo retornar, porque é uma prerrogativa que tem na condição de presidente do Senado.

Informado de que Virgílio alegou que os senadores tucanos não tinham condições de participar da sessão que examinaria o pedido de cassação, na quinta-feira, porque nesse dia está marcada a convenção nacional do partido, Viana disse que o fato não seria um impeditivo. Explicou que a sessão seria marcada para as 14h, a fim de possibilitar a participação dos tucanos antes do retorno à convenção.

## “Em julgamento não cabe fechar questão”, afirma Ideli Salvatti

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), negou a existência de um acordo para que a bancada do PMDB vote a favor da prorrogação da CPMF em troca de votos pela absolvição do senador Renan Calheiros por senadores do PT.

– Em julgamento não cabe fechamento de questão. Cada parlamentar do PT votará de acordo com a sua consciência, e, como o voto é secreto, eu não vou perguntar o voto

de ninguém – disse.

A senadora Ideli Salvatti preferiu não comentar a possibilidade de Renan renunciar à Presidência do Senado, da qual está licenciado, e frisou que a decisão cabe exclusivamente ao senador. No entanto, ela afirmou que não vê condições de Renan Calheiros reassumir o cargo.

– Mas não é a minha opinião que é decisiva. A decisão de renunciar é dele – observou a senadora.

## Cristovam e Alvaro condenam suposto acerto pró-absolvição

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) condenou ontem, em entrevista coletiva, a suposta articulação de um acordo, por meio do qual o mandato do senador Renan Calheiros seria salvo em troca do apoio do PMDB à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Também ao deixar o Plenário, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ter tomado conhecimento do

suposto acordo entre o PMDB e o PT, mas, mesmo assim, afirmou não concordar com o adiamento do julgamento do processo em que Renan é acusado de ter mantido uma sociedade secreta em meios de comunicação com o usineiro alagoano João Lyra.

– Precisamos encerrar esse caso o mais rápido possível e dar uma satisfação à sociedade – aconselhou o senador do PSDB.

Culto aos símbolos, diz Papaléo, estimula orgulho de ser brasileiro. Para Cristovam, republicanos optaram por excluir da Bandeira a palavra “amor”, sugerida por positivistas

J. Freitas



Solenidade contou com execução dos hinos da Bandeira e Nacional pela Banda da PE

## Estudantes participam no Congresso da solenidade do Dia da Bandeira

O Senado e a Câmara dos Deputados promoveram na manhã de ontem, na rampa do Congresso Nacional, a cerimônia de hasteamento do Pavilhão Nacional para celebrar o Dia da Bandeira. O senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que representou a Presidência do Senado na solenidade – ele é suplente do 1º secretário da Mesa –, disse que a tradição congressual de celebrar os símbolos nacionais estimula, em crianças e adolescentes, a busca pelo conhecimento da História do Brasil e o orgulho de ser brasileiro.

Durante a solenidade, cadetes do Corpo de Bombeiros realizaram um desfile das 12 bandeiras históricas do Brasil. Já a Banda

de Música da Polícia do Exército (PE) executou os hinos Nacional e da Bandeira, diante de inúmeros turistas e funcionários.

Participaram da solenidade alunos da Escola de Ensino Fundamental da 104 Norte; do Colégio Leonardo Da Vinci; do grupo de escoteiros Liz do Lago; adolescentes do Grupo do Parlamento Jovem Brasileiro, projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados; além de servidores de ambas as Casas do Legislativo.

Ao final da cerimônia, as crianças foram convidadas a visitar, na Senado Galeria, localizada no Anexo I da Casa, a exposição *Símbolos Nacionais*, que ficará aberta até 30 de novembro.

J. Freitas



Representando a Presidência da Casa, Papaléo cumprimenta alunos de colégios do DF

# Cristovam prega esforço pela educação para igualar direitos

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou em Plenário que a educação é a única forma de casar ordem e progresso sem autoritarismo. Ao promover ato em que espalhou 2 mil pequenas bandeiras do Brasil com a inscrição “Educação é Progresso” no gramado em frente ao edifício do Congresso Nacional, o parlamentar propôs “acrescentar nova dimensão ao espírito” do mais importante símbolo da pátria, com o intuito de “igualar as pessoas, os direitos e as oportunidades”.

Para o senador, o grande erro dos republicanos-positivistas do século 19 foi terem desconsiderado que, mais importante que saber qual a posição correta das estrelas da Bandeira, a grande maioria dos cidadãos deveria ser capaz de compreender a correta posição das letras na frase gravada no mais importante símbolo nacional. Segundo Cristovam, 65% dos brasileiros eram analfabetos naquela época.

– Para a maioria da população, se escrevessem desordem e atraso, continuaria sendo a Bandeira do Brasil. Que república elitista era essa? De lá pra cá, a porcentagem de analfabetos na população passou para 13%, mas o número dobrou. Ou seja, continuamos a ser uma república de aristocratas – protestou o senador.

### Exclusão

Para Cristovam, ao privilegiarem a ordem e o progresso, os idealizadores da Bandeira deixavam claro que ela representaria uma república de poucos: a ordem serviria para “manter os pobres sob controle”, ao passo que o progresso serviria para “aumentar cada vez mais o consumo da população mais rica”. O senador lembrou que os republicanos

José Cruz



Duas mil bandeiras foram colocadas no gramado em ato promovido por Cristovam

optaram por excluir o amor, conforme propunham os positivistas, sob a inspiração do filósofo francês Auguste Comte (“amor por princípio, ordem por base e progresso por objetivo”).

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) citou diversas manifestações de artistas brasileiros que propõem a recuperação do verdadeiro sentido positivista na inscrição da Bandeira brasileira, com a conseqüente colocação da

palavra “amor” antes da inscrição “ordem e progresso”. Suplicy lembrou que o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) chegou, inclusive, a apresentar um projeto de lei para que o Congresso Nacional abrace essa causa.

Na opinião de Cristovam Buarque, no entanto, mais importante do que mudar a inscrição na Bandeira é garantir que todos os brasileiros sejam capazes de compreendê-la.

## Mozarildo comemora inauguração de unidade de ensino agrícola em Caracaraí

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou, em discurso, a inauguração, no município de Caracaraí (RR), da primeira Unidade Descentralizada de Ensino (Uned), do Centro Federal de Educação Tecnológica, para cursos técnicos ligados à área agrícola. O centro foi criado a partir de projeto autorizativo por ele apresentado quando era deputado federal, e sancionado

em 1986 pelo então presidente José Sarney.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima tem hoje mais de 2.330 alunos em 80 turmas. As Uneds, explicou Mozarildo, fazem parte do programa do governo federal para a interiorização do ensino dos centros federais em todo o Brasil.

O próximo passo, disse o parlamentar, é a criação de uma

Uned no município de Amajari, para que “os filhos dos agricultores, dos pecuaristas e dos que vivem na região possam ter a oportunidade de receber um ensino profissionalizante de qualidade”.

Mozarildo Cavalcanti destacou a importância da educação, que, a seu ver, deve preceder inclusive a preocupação com a saúde. “Sem educação, as outras coisas não

existem”, observou.

O senador foi aparteado por João Pedro (PT-AM), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Cristovam Buarque (PDT-DF), que concordaram com a necessidade de investimentos em educação.

– Criada uma escola como essa, até a conversa nos botequins muda; o espírito do bairro ao redor muda, da cidade muda, tudo muda – afirmou Cristovam.

Leopoldo Silva



Mozarildo sugeriu o Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima

## Sibá comemora licitação para concessão florestal em Rondônia

“A idéia de desenvolvimento sustentável está sendo executada por meio de políticas públicas do atual governo na área ambiental”, afirmou Sibá Machado (PT-AC), ao parabenizar o Ministério do Meio Ambiente pela publicação do primeiro edital de licitação para concessões florestais na Amazônia. De acordo com o senador, o edital compreende 96 mil dos 220 mil hectares da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, que serão divididos em três unidades de manejo.

Citando a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, Sibá Machado disse que a concessão florestal é uma estratégia importante do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia. Quem for concorrer na licitação, acrescentou o senador, poderá apresentar projetos de manejo sustentável de produtos madeireiros e não-madeireiros (frutos, sementes, resinas, óleos) e também projetos de turismo ecológico.

De acordo com Sibá, o ministério divulgou os critérios para avaliação dos concorrentes na licitação: maior benefício social; menor impacto ambiental; maior eficiência e maior agregação de valor local.

– Com a concessão

## João Pedro registra realização de simpósio sobre a Amazônia

O senador João Pedro (PT-AM) registrou que tem início hoje o 1º Simpósio da Amazônia, às 16h, no Salão Negro do Congresso. Ele ressaltou o esforço da Comissão da Amazônia, da Câmara dos Deputados, e o trabalho das bancadas dos estados que compõem a região para realizar o evento. O senador disse que vários seminários foram realizados nos estados como preparação para o simpósio.

– O Brasil não pode ser pensado sem a Amazônia. O país precisa conhecer mais a Amazônia. O resultado deste simpósio será a contribuição do Congresso para o envolvimento da sociedade neste debate.

João Pedro salientou que a Amazônia não é apenas um território, sendo necessário levar em consideração os nove países que dividem responsabilidades sobre a região. Ele defendeu a criação de uma universidade



Sibá: exploração sustentável das florestas ajudará no controle do desmatamento

sustentável de florestas públicas não somente o meio ambiente ganha, mas também os municípios e os estados que terão retorno econômico da exploração sustentável das nossas florestas – disse.

Sibá lembrou que 30% do que for arrecadado na licitação será destinado para a fiscalização, monitoramento e controle das áreas licitadas. Os 70% restantes, continuou o senador, serão destinados ao Instituto Chico Mendes, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e ao estado e municípios onde se localizam as áreas manejadas.

– Não tenho dúvida de que políticas públicas como essa conseguirão reduzir ainda mais o desmatamento e a grilagem de terras públicas, principalmente na Amazônia – concluiu.



O Congresso deve contribuir para que o país conheça melhor a Amazônia, diz João Pedro

compartilhada por todos esses países para estudar a Amazônia.

O senador também registrou a comemoração, hoje, do Dia da Consciência Negra. Observou que a data merece uma reflexão sobre a contribuição dada pelos povos africanos à construção da nação brasileira.

– A história dos negros no Brasil é muito desigual e perversa. Precisamos reparar os erros do passado e olhar para o futuro.

Dois projetos que visam mudar a forma de ingresso no ensino superior estão na pauta da CE. Os alunos podem passar a ser selecionados por avaliação seriada ou por sorteio

## Comissão analisa fim do vestibular para universidades públicas

Dois projetos com a finalidade de substituir o vestibular por outras formas de ingresso em cursos de graduação serão analisados hoje na Comissão de Educação (CE). A partir das 11h, o colegiado deverá votar relatório de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sobre as propostas, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96).

Mesquita Júnior é favorável à proposta de Cristovam Buarque (PDT-DF), pela qual metade dos alunos selecionados para ingresso nas universidades federais será escolhida por meio de programas de avaliação seriada, com base na média de provas aplicadas no final de cada um dos três anos do ensino médio. De acordo com o projeto (PLS 116/06), as universidades terão dois anos, a partir da publicação da lei, para implantação da nova sistemática.

O outro projeto, de Sibá Machado (PT-AC), recebeu voto do relator pela rejeição. A proposta (PLS 65/05) estabelece que o ingresso nos cursos de graduação de instituições públicas acontecerá por meio de sorteio entre os aprovados em um exame a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Educação e aplicado anualmente pelo órgão executivo da União responsável pela área. Para as instituições particulares, ficariam duas opções: sorteio ou processo seletivo.

Mesquita Júnior argumentou

que o critério de sorteio poderia desestimular os jovens a estudar, além de prejudicar a qualidade da educação básica e levar a uma queda no nível de qualidade da educação superior pública.

### ProUni

Também está na pauta da CE projeto de Expedito Júnior (PR-RO) que objetiva permitir a distribuição de vagas remanescentes do processo seletivo do Programa Universidade para Todos (ProUni) a estudantes que tenham cursado parcialmente o ensino médio em escolas privadas, mantendo-se as demais exigências da lei, inclusive os critérios de renda familiar (PLS 106/07). O relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), apresentou emenda estendendo a possibilidade a alunos que cursaram todo o ensino médio em instituições privadas.

O ProUni permite a concessão de bolsas de estudo, integrais ou

parciais, em cursos de graduação de instituições do setor privado, que, em troca, têm direito à renúncia fiscal. Hoje, destinam-se a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escola da rede pública ou, na condição de bolsista, em estabelecimentos particulares.

A CE tem também na pauta projetos que autorizam o Executivo a criar duas escolas técnicas em Rondônia – a de Cacoal (PLS 408/07) e a de São Miguel do Guaporé (PLS 407/07) – e uma em Goiás – a de Anápolis (PLS 451/07). Dois outros projetos em pauta (PLS 291/07 e 450/07) dispõem sobre a criação de universidades federais: a do Gurguéia, no município de Bom Jesus (PI), e a de Cora Coralina, no município de Goiás (GO). Outro projeto institui a Fundação Universidade Federal do Pampa (PLC 84/07).



Comissão de Educação também deve votar a criação de escolas técnicas federais

## Papaléo pede mais investimentos no ensino superior

As universidades do país precisam de mais investimentos, na opinião de Papaléo Paes (PSDB-AP). O senador elogiou a qualidade acadêmica da Universidade Federal do Amapá (Unifap), e disse que as instituições de ensino superior auxiliam o país a crescer economicamente e ajudam a diminuir as desigualdades regionais.

– Nesse sentido, a atuação, e a própria existência, das instituições federais de ensino na região Norte é vital para tentar diminuir o fosso que ainda nos separa das regiões mais prósperas e que, não por mera coincidência, concentram o maior número de universidades públicas – afirmou.

Papaléo ressaltou que é dever

dos governantes proporcionarem um sistema público de educação bem estruturado. O senador disse que sempre apresenta emendas ao Orçamento da União em benefício da Unifap e pediu a implantação de um curso de Medicina no seu estado.

– Não é possível, muito menos aceitável, que o Amapá, tão carente que é de médicos, não possua um curso de Medicina. Criar o curso de Medicina na Unifap é uma questão que deve ser tratada como prioridade, pois é uma forma de garantir ao povo de nosso estado a prestação de um serviço de saúde de melhor qualidade, bem equipado e dotado de um maior número de profissionais de saúde – assinalou.

Na opinião de Papaléo, a Unifap vem colaborando com o desenvolvimento do Amapá desde sua criação, em 1990. Ele elogiou o reitor José Carlos Tavares e os demais dirigentes da instituição.

– Gostaria de parabenizar a Universidade Federal do Amapá pelo brilhante trabalho que tem desempenhado na formação de milhares de jovens amapaenses, a despeito de todos os percalços e dificuldades. Trata-se de uma das instituições mais importantes de nosso estado, pois trabalha, dia após dia, para garantir um futuro de prosperidade ao Amapá – elogiou Papaléo.

Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o pronunciamento.

Senadora atribui as mudanças apontadas pela Cepal às políticas “voltadas para a maioria” adotadas pelos atuais governos

## Ideli: latino-americanos estão saindo da pobreza

Levantamento feito pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) – segundo o qual 15 milhões de latino-americanos saíram da pobreza e outros 10 milhões deixaram a indigência em 2007 – foi destacado por Ideli Salvatti (PT-SC). A senadora disse que, apesar de a previsão ainda apontar para a existência de 190 milhões de pobres na região, este é o número mais baixo registrado nos últimos 17 anos.

– Esta é a prova inequívoca de que estão corretas as políticas que vêm sendo adotadas pelos governos com perfil profundamente diferenciado dos anteriores que atuaram naquela lógica do Estado mínimo, do desenvolvimento para poucos e de primeiro crescer para depois distribuir. Agora a América Latina experimenta um novo perfil de administração que tem como lógica o compromisso de governar para a maioria e o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda – afirmou.

A senadora acrescentou que

na mesma data da divulgação da pesquisa da Cepal foi divulgado levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), pelo Ministério do Trabalho, apontando a criação de 205 mil postos de trabalho com carteira assinada no mês de outubro. A criação de 1,81 milhão de empregos, de janeiro a outubro de 2007, superou o recorde anterior, registrado em 2004, quando foram abertas 1,52 milhão de vagas com carteira assinada.

Em aparte, o senador João Pedro (PT-AM) disse lamentar que a imprensa brasileira não dê destaque a assuntos como esses, relativos à inclusão de homens e mulheres que passam a ser tratados com dignidade. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância dos programas de transferência de renda no Brasil para a diminuição da pobreza e lembrou que da alíquota total da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) 0,08% é repassado para iniciativas como o



Bolsa Família.

Ideli Salvatti registrou ainda a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do 25º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, que está sendo realizado em Blumenau (SC). A senadora opinou que a decisão do atual governo brasileiro de alterar a política externa do país, ampliando mercados sem diminuir as relações com a União Européia e os Estados Unidos, permitiu enfrentar a crise do mercado imobiliário norte-americano sem maiores sobressaltos.



Levantamento aponta menor número de pobres e indigentes em 17 anos, diz Ideli

## CPI poderá ouvir procurador sobre fiscalização de instituições

O procurador da República Celso Antônio Três poderá ser convidado a explicar à Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs) o trabalho que desenvolve no Ministério Público Federal em relação à fiscalização de instituições sem fins lucrativos. O requerimento foi apresentado pelo presidente da comissão, Raimundo Colombo (DEM-SC), e deverá ser analisado na reunião de hoje.

A CPI também deverá votar requerimentos de autoria de Alvaro Dias (PSDB-PR), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Requerimento de Alvaro Dias solicita a convocação de um diretor ou representante da ONG Urihi, voltada à assistência à saúde dos ianomâmis. O senador alega que a entidade teria sido fundada com o único propósito de receber verbas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que repassou à organização, três meses depois de sua criação, em 1999, a quantia de R\$ 8,7 milhões. Até 2002, a Urihi teria recebido o total de R\$ 33 milhões da Funasa, relativos à transferência de três convênios.



CPI das ONGs vota hoje requerimento que pede a convocação de representante da organização Urihi, voltada à saúde dos ianomâmis

– Não existem comprovações da aplicação efetiva dos recursos públicos transferidos – afirma.

Ainda entre os requerimentos apresentados por Alvaro Dias está o que solicita ao Ministério do Esporte informações sobre repasses ao programa Segundo Tempo.

### Quebra de sigilo

Flexa Ribeiro requer a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da ONG Associação para Projetos de Combate à Fome (Ágora), que tem como responsável o empresário Mauro Dutra. O senador explica que a entidade recebeu recursos do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado a ministrar cursos e treinamentos.

“De acordo com investigações do Ministério Público do Distrito Federal, a atuação da Ágora reveste-se de irregularidades, como a apresentação de notas frias, datadas de 2001, para comprovar a realização de serviços que deveriam ter sido executados com recursos do governo federal e até mesmo recursos da embaixada da Noruega”, argumenta Flexa Ribeiro na proposta.

A comissão também deverá apreciar requerimento de He-

ráclito para que o Ministério da Educação encaminhe ao colegiado, no prazo máximo de dez dias, cópia da auditoria realizada no programa Brasil Alfabetizado e a relação das ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) que receberam recursos para implementação do projeto.

Também está na pauta requerimento de Inácio Arruda, relator da comissão, solicitando à Secretaria da Receita Federal do Brasil os dados cadastrais das entidades sem fins lucrativos que receberam recursos do governo federal no período de 1999 a 2006.

## Para Mão Santa, só há democracia com alternância no poder

A possibilidade de alteração da Constituição federal para permitir que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se candidate a um terceiro mandato foi criticada por Mão Santa (PMDB-PI).

– Nosso compromisso é com a democracia. Temos que resguardá-la. E só existe democracia se houver alternância no poder – afirmou o senador.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o presidente Lula, em conversa com os senadores da bancada petista, garantiu que não há nenhuma hipótese de aprovação de projeto que lhe assegure o direito a uma nova reeleição.

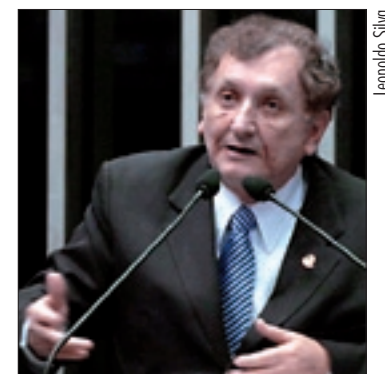
Mão Santa também lembrou que ontem estava sendo comemorado o Dia da Bandeira.

– No Brasil, só conhecemos a República cem anos depois de ter nascido a democracia, pelo povo insatisfeito com os modelos de governo, em que predominavam os reis, pelo misticismo de dizer que, se Deus é o rei no céu, o rei era um deus na terra. Mas o povo sofrido deu o exemplo de sua força e foi às ruas gritando: liberdade, igualdade e fraternidade, inspirado pela Revolução Francesa.

O senador criticou ainda a contratação de 25 mil servidores, no governo Lula, sem a realização de concurso público.

– Esses servidores ocupam cargos com salários de R\$ 41 mil em estatais como a Petrobras e recebem há poucos meses reajustes de até 140%. A democracia está morrendo, transformando-se em cleptocracia – disse.

A proposta de prorrogação da cobrança da CPMF – que pode ser votada nesta semana pelo Senado – também foi criticada pelo senador, já que, conforme afirmou, a contribuição não é destinada à saúde. Ele citou casos ocorridos no Rio de Janeiro, como ausência de material para cirurgias, “obrigando médicos a utilizarem furadeiras de marcenaria para operações neurológicas”.



Mão Santa homenageia Dia da Bandeira lembrando luta do país pela democracia



José Nery: crianças e adolescentes têm sido privados do direito de estudar

## José Nery aponta dificuldades de conselhos tutelares

Lembrando a passagem do Dia Nacional do Conselheiro Tutelar, comemorado no último domingo, o senador José Nery (PSOL-PA) expôs ontem os problemas enfrentados pelos conselhos tutelares em todo o país, especialmente no Pará. Ele explicou que esses órgãos têm a responsabilidade de fiscalizar e zelar pelos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

– Casos de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão em que tenham sido vítimas crianças e adolescentes são tratados e encaminhados pelo conselho tutelar – observou.

### Descaso

Nery citou reportagem do programa *Fantástico*, da TV Globo, apresentada no último domingo, em que é denunciado o descaso das autoridades em diversas cidades, onde crianças e adolescentes não têm tido o direito constitucional de estudar.

O programa, disse o senador, mostrou que as escolas denunciadas não tinham as mínimas condições de funcionamento. “São cenas que envergonham a nação”, afirmou. José Nery destacou ainda que, de acordo com dados do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, reunidos em 2006, 4.370 municípios brasileiros contam com conselhos tutelares, havendo ainda 26 conselhos estaduais, um distrital e o conselho nacional.

Dentre as dificuldades, o senador apontou a relação com o Poder Executivo, caracterizada pela falta de vontade política, desinteresse ou descompromisso do poder público para com os conselhos, retardando sua instalação, negando condições de infra-estrutura e excluindo-os na formulação de políticas públicas. Outro problema ressaltado por José Nery é o de representatividade, como delegados governamentais nos conselhos sem poder de decisão, interferências político-partidárias e baixa qualidade de representação da sociedade.

Para senador, o real motivo que levou a Casa Civil a impedir averiguação por auditor seria a possibilidade de se descobrir mau uso de dinheiro público pelo gabinete do presidente

# Alvaro cobra dados do Planalto sobre uso de cartões corporativos

Ao protestar contra a recusa da Casa Civil da Presidência da República em fornecer detalhamento dos gastos com cartões corporativos, Alvaro Dias (PSDB-PR) requereu ontem à Mesa do Senado expedição de ofício à ministra Dilma Rousseff e ao presidente Lula advertindo-os de que poderão incorrer em crime de responsabilidade ao negar as informações.

– O povo brasileiro tem o direito de saber onde estão gastando o seu dinheiro, por que o governo federal gasta tanto e vai se tornando campeão dos gastos na história da administração pública, por que é tão perdulário e por que fecha os olhos e não combate a corrupção, que é latente e visível.

Alvaro lembrou que, em resposta ao seu primeiro requerimento, a Casa Civil respondeu



Alvaro Dias propõe que a Mesa advirta Lula sobre possível crime de responsabilidade

que a documentação era abundante, o que tornava impossível sua remessa ao Senado. Ele solicitou, então, a designação de um auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) para analisar a papelada no Palácio do Planalto.

Inicialmente a Casa Civil permitiu que o auditor trabalhasse

na documentação, mas, segundo Alvaro, o funcionário do TCU foi impedido de prosseguir na averiguação. A alegação da Casa Civil foi que as informações sobre gastos com cartões corporativos dizem respeito “à segurança da sociedade e do Estado brasileiro”. O senador acredita que o real motivo seria a possibilidade de o auditor descobrir mau uso do dinheiro pelo gabinete de Lula.

Prosseguindo na tentativa de desvendar “a caixa-preta dos cartões corporativos”, Alvaro pediu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisasse a juridicidade do pedido. A CCJ aprovou parecer do então senador João Bastista Motta atestando que, por mais reservado que seja, nenhum gasto público pode ser afastado da prestação de conta e da fiscalização congressual.

## Paim quer união de forças para solucionar crise financeira do RS

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem, em Plenário, o estabelecimento de um acordo entre todas as forças políticas gaúchas visando à solução da grave crise financeira que afeta o Rio Grande do Sul.

Paim anunciou a realização de reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para tratar de pedido de empréstimo do governo gaúcho ao Banco Mundial, no valor de US\$ 1 bilhão, e disse ser fundamental a participação de representantes “de todos os matizes partidários” para discutir

o assunto com o ministro.

Na opinião do senador, devem participar da reunião com Mantega, além da governadora Yeda Crusius, o presidente da Assembléia Legislativa, o secretário da Fazenda, um representante da oposição, o líder do governo na Assembléia e deputados federais e senadores gaúchos, para a abertura de um diálogo sobre a situação do estado, que “assusta a todos”.

Paulo Paim explicou que a crise financeira do estado tem origem sobretudo em perdas de



Paulo Paim defende um acordo entre governo e oposição no estado

arrecadação da ordem de R\$ 3,2 bilhões decorrentes da aplicação de incentivos às exportações previstos na Lei Kandir, além de investimentos de R\$ 2 bilhões feitos em rodovias federais não ressarcidos pela União.

## Exedito espera que auditoria seja a favor de Rondônia

Exedito Júnior (PR-RO) informou que o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá apresentar amanhã o resultado de nova auditoria sobre a renegociação da dívida de Rondônia no caso do Beron – o banco do estado –, que teve as atividades encerradas por determinação do Banco Central.

O senador disse que, assim



Exedito diz que resultado da inspeção do TCU no caso Beron deve sair amanhã

que for constatada a realidade de que boa parte da dívida não pertence ao estado, o governador passará a usar os recursos em investimentos sociais.

Exedito Júnior informou

que, em companhia do conselheiro do Tribunal de Contas de Rondônia Valdivino Crispim de Souza, visitou ontem o relator da matéria no TCU, ministro Raimundo Carreiro.

– Fiquei muito satisfeito com a atenção que o ministro Carreiro está dando a esse relatório de inspeção. O registro elogioso que faço é pelo fato de a Comissão de Assuntos Econômicos ter fixado um prazo de 90 dias para a realização da auditoria, e ele estar concluindo seu trabalho no prazo, o que demonstra sua competência e sensibilidade.



Valdir Raupp: família alemã deslocou-se para o Brasil em 1826

## Senador destaca 20º encontro da família Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) registrou sua participação no 20º Encontro Nacional da Família Raupp, dia 7 de outubro, em Sombrio, Santa Catarina. A confraternização reuniu os descendentes da família alemã que se deslocou para o Brasil em 1826, afugentada pelas invasões napoleônicas.

Os Raupp, originários da região de Württemberg, trouxeram, ressaltou o parlamentar, consideráveis contribuições à colonização do litoral norte do Rio Grande do Sul e do sul de Santa Catarina. Eram, em sua maioria, agricultores e artesãos, que se dedicaram, predominantemente, ao plantio e ao cultivo da cana-de-açúcar.

Hoje, lembrou o parlamentar, há membros da família também em Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia, Paraná e Mato Grosso.

## Suplicy questiona posse de emissoras por parlamentares

Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marco Maciel (DEM-PE), para que designe relator de requerimento seu, apresentado em julho de 2006, que solicita a correta interpretação de artigo da Constituição federal que impede parlamentares de deter, direta ou indiretamente, a concessão de emissora de televisão e rádio.

Suplicy chamou a atenção para a necessidade de apreciação da matéria pela CCJ em razão do julgamento de Renan Calheiros (PMDB-AL), marcado para esta quinta-feira.

Segundo ele, a definição clara do artigo 54, inciso II, “a”, nos casos de concessões de meios de comunicação, é importante devido à existência de um número significativo de deputados e senadores que têm algum tipo de relação com empresas de rádio e televisão.

Leopoldo Silva



Enviado da ONU apura denúncia de repressão em protestos, informa Suplicy

## Suplicy destaca atuação de brasileiro em Mianmar

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou ontem a atuação do enviado especial de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Paulo Sérgio Pinheiro, a Mianmar (antiga Birmânia), onde se encontra para apurar denúncias de repressão em protestos pró-democracia, ocorridos naquele país asiático em setembro deste ano.

– Congratulei Paulo Sérgio Pinheiro pelo trabalho realizado. Certamente, ele está honrando o Brasil, num trabalho que guarda relação com aquilo que Sérgio Vieira de Mello fez, tanto quando esteve no Timor Leste como também no Iraque. Inúmeras famílias de presos políticos de Mianmar estão convencidas do êxito da missão do brasileiro – disse Suplicy, citando a agência de notícias France-Presse.

### CPMF

Suplicy destacou artigo intitulado “O que esconde a batalha da CPMF”, do ex-diretor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque. Nele, o professor sustenta que a CPMF é um tributo “eficaz, de baixo custo, transparente e, sobretudo, insonegável”.

“Mas o governo não tem coragem de dizer isso, como fez a Receita Federal em 2001, quando afirmou que o tributo é altamente produtivo, tem excelente relação custo-benefício, é o único a alcançar plenamente a economia informal ou ilegal e é moderno, pois alcança operações que estão se tornando comuns, como o comércio eletrônico”, explica Albuquerque no artigo.

Suplicy leu ainda carta em que o presidente do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), senador chileno Jorge Pizarro, comunica que a organização deixará de funcionar definitivamente no Brasil, depois que o governo de São Paulo solicitou a desocupação da sede da entidade, localizada na capital paulista.

Posições relacionadas aos pleitos e às ações do presidente venezuelano geram discussões acaloradas e chegam a dividir explicitamente a delegação brasileira

# Chávez, mesmo ausente, gera polêmica no Mercosul

Mesmo sem estar presente e antes mesmo de a Venezuela participar efetivamente do Mercosul, o presidente do país, Hugo Chávez, provocou polêmica na 7ª Sessão Ordinária do Parlamento do bloco, ontem, em Montevideu. As posições contra e a favor, relacionadas aos pleitos e às ações de Chávez, geraram as mais acaloradas discussões do dia – inclusive dividindo explicitamente a delegação brasileira.

Na véspera de a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara decidir sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul, o deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS), falando em nome do Congresso brasileiro, repudiou a “ameaça de proliferação de armamentos e os riscos de uma corrida armamentista, que não encontra justificativa em nosso contexto de integração” – numa referência indireta ao presidente venezuelano. Recentemente, Chávez anunciou que pretende fazer um acordo com o Irã para a produção de energia nuclear, para fins pacíficos, e está fazendo investimentos bilionários no reequipamento das forças armadas do país.

A fala de Diaz pegou de surpresa parte da Representação brasileira em Montevideu.

– Estou convencido de que o presidente da Venezuela tem claros tons beligerantes em suas pretensões – afirmou o deputado tucano, que disse ter tido o apoio do presidente em exercício do Congresso, deputado Nécio Rodrigues (PSDB-MG), para seu



Parlamentares discutem intenção de Hugo Chávez de produzir energia nuclear em parceria com o Irã

pronunciamento.

O presidente da Representação brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), disse ter estranhado as colocações do colega por não terem sido discutidas previamente pelo grupo – mas não fez reprimendas.

As declarações do deputado foram feitas durante solenidade de celebração do acordo entre o Mercosul e a União Européia, que prevê o repasse de 1,080 milhão de euros em dois anos para os países sul-americanos. A fala do brasileiro foi acompanhada pelos presidentes dos parlamentos dos demais integrantes do Mercosul, e por alguns ministros de Relações Exteriores. Não houve contestações no momento de sua fala, mas o tema voltou à discussão logo após o almoço em outra polêmica

e travou a pauta de votações da sessão durante quase três horas.

O outro tema controverso foi quanto à aprovação de uma “delegação de respaldo”, em nome do Mercosul, para Chávez negociar junto às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) a libertação de reféns em poder da guerrilha – inclusive parlamentares, dos quais não se tem comprovação de que estejam vivos. Marisa Serrano (PSDB-MS) solicitou vistas ao pedido por não concordar que ele tivesse expressões de “culto à personalidade”, como

a de que Chávez “conta com o beneplácito e o respaldo de numerosos governos, organismos internacionais e personalidades de todo o mundo, conscientes de sua liderança regional”.

A fala da senadora causou várias reações de parlamentares, sobretudo de argentinos e de venezuelanos, que saíram em defesa de Chávez. Por ora, a Venezuela tem dois representantes no parlamento, com direito a voz, mas não a voto. Depois de muita polêmica, o deputado Dr. Rosinha (PT-PR) fez uma questão de ordem e propôs um texto substitutivo para a retirada do parágrafo que citava Chávez.

Pela manhã, o órgão reuniu apenas duas de suas dez comissões permanentes: a de Educação e a de Meio Ambiente.

(Ana Maria Rocha e William França)

## Paraguaios querem rever o Tratado de Itaipu Binacional

A questão de Itaipu mereceu um capítulo à parte na reunião de ontem em Montevideu. No dia 28 de abril do próximo ano, o Paraguai realizará eleições para o seu parlamento e identificou-se que um dos motes de campanha envolvendo os candidatos, de todos os partidos, é o da revisão do Tratado de Itaipu. Esse tema é recorrente, mas o Paraguai agora quer levá-lo para o fórum do Mercosul. O Brasil, no entanto, discorda, por ser um assunto bilateral e não multilateral.

– Estrategicamente, essa questão é importantíssima para o

Brasil e, no nosso entender, não cabe revisão – afirmou Romeu Tuma (PTB-SP), propondo o envolvimento das comissões permanentes de Relações Exteriores, da Câmara e do Senado brasileiros, nas discussões, uma vez que haverá necessidade de o Congresso ratificar qualquer decisão.

O deputado Dr. Rosinha (PT-PR), vice-presidente do Parlamento do Mercosul, sugeriu que os 18 integrantes brasileiros façam uma viagem de trabalho até a usina de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR), para conhecer melhor os problemas relacionados ao

acordo com os paraguaios.

As dificuldades apontadas pela delegação foram confirmadas ontem, quando, das nove comissões previstas para se reunirem antes da sessão plenária, apenas duas conseguiram quórum, por conta da ausência de parlamentares paraguaios e uruguaios.

– É preciso que todas as representações tenham essas sessões do parlamento como prioridade de agenda, porque senão perdemos um tempo precioso e não conseguimos concretizar as decisões – observou Mesquita Júnior.

## Infra-estrutura é desafio para o Brasil no novo órgão

A sétima sessão plenária do Parlamento do Mercosul começou ontem, em Montevideu, no Uruguai, com café-da-manhã promovido pelo embaixador do Brasil junto ao Mercosul, Regis Arslanian, para atualização dos assuntos de interesse da pauta brasileira, com destaque para o tema soberania energética, envolvendo a usina de Itaipu. Foi discutido ainda incidente diplomático que demonstra que o parlamento carece de entendimento até mesmo entre os membros participantes: deixaram o Brasil de fora de uma das decisões da Comissão de Relações Internacionais.

A reunião contestada aconteceu na última sexta-feira, em Buenos Aires, na Argentina. Por conta do feriado no Brasil, os parlamentares brasileiros não conseguiram votos. Houve uma comunicação prévia, mas ainda assim a comissão, presidida por um senador paraguaio, tomou decisões.

– Poderiam discutir o que quisessem, mas não poderiam tomar decisões – protestou o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR).

### Assessoria

Essas dificuldades demonstram que o Parlamento do Mercosul, sobretudo para os congressistas brasileiros, está cercado de dificuldades operacionais. Não há assessorias para acompanhamento das dez comissões permanentes e nem mesmo uma estrutura fixa de apoio em Montevideu.

– Precisamos estabelecer, junto às Mesas da Câmara e do Senado, a criação de mecanismo institucional permanente para apoio e acompanhamento dos assuntos do Parlamento do Mercosul – afirmou o presidente da Representação do Brasil, senador Geraldo Mesquita Júnior.

Para Romeu Tuma, “é imprescindível implementar uma assessoria em Montevideu, para trabalhar em conjunto com a Comissão Mista Permanente do Mercosul em Brasília, senão o Brasil pode perder a capacidade de discutir ou de preparar documentos”. O deputado Cláudio Diaz salientou que, em uma reunião das comissões da qual participou, em Buenos Aires, ficou surpreso com a organização dos demais integrantes.

– Sem um bom embasamento e um número expressivo de parlamentares nas reuniões, poderemos ser surpreendidos com decisões indesejadas para o Brasil, tomadas pelos demais membros do parlamento.